

## ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA A MULHERES GRÁVIDAS EM DECORRÊNCIA DE ESTUPRO

**Antonio Alexandre Pereira Junior**

Universidade Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO)

<http://lattes.cnpq.br/3234139199728894>

<https://orcid.org/0009-0005-5351-3939>

E-mail: [alex\\_ju4@hotmail.com](mailto:alex_ju4@hotmail.com)

**Lucivaldo José Castellani**

Universidade Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO)

<http://lattes.cnpq.br/8079618534041800>

<https://orcid.org/0000-0003-1861-891X>

E-mail: [lucivaldocastellani@yahoo.com.br](mailto:lucivaldocastellani@yahoo.com.br)

**Miqueias Lafaieti Ternus**

Centro Universitário UniGuairacá (UniGuairaca)

<http://lattes.cnpq.br/4265632067379459>

<https://orcid.org/0009-0005-5351-3939>

E-mail: [alex\\_ju4@hotmail.com](mailto:alex_ju4@hotmail.com)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RPS-2024.V1N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RPS-2024.V1N3-03>

**RESUMO:** O presente texto tem como objetivo elucidar a assistência psicológica a mulheres gestantes em decorrência de estupro. Nesse sentido, formula-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: quais os desafios, do ponto de vista da psicologia social, para o acompanhamento dessas mulheres diante de tantos traumas que vivenciam a partir do abuso e das consequências nefastas deste? O objetivo geral é refletir sobre como a psicologia contribui para a minorar os danos causados por este estigma social do estupro, em especial quando este gera gravidez. Nesse sentido, primeiramente faz-se uma discussão sobre a mulher e sua luta por isonomia de direitos e sobre a superação de uma “cultura de estupro” que foi se estabelecendo ao longo de diferentes tempos e lugares. Em segundo lugar, pensa-se o estupro sobre a perspectiva social e psicológica. Em terceiro, passa-se a analisar as contribuições práticas do profissional de psicologia para atuar proativamente, seja em casos individuais ou em políticas públicas voltadas a esse tipo de assistência. Faz-se uma revisão crítica e integrativa da literatura pertinente, colocando diferentes autores e produções acadêmicas em diálogo e perspectiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aborto humanitário. Abuso sexual. Gestantes. Psicologia social.

### PSYCHOLOGICAL ASSISTANCE FOR PREGNANT WOMEN AS A RESULT OF RAPE

**ABSTRACT:** This text aims to elucidate psychological assistance for pregnant women as a result of rape. In this sense, the following question is formulated as a research problem: what are the challenges, from the point of view of social psychology, for monitoring these women in the face of so many traumas that they experience as a result of abuse and its harmful consequences? The general objective is to reflect on how psychology contributes to reducing the damage caused by this social stigma of rape, especially when it leads to pregnancy. In this sense, firstly, there is a discussion about women and their struggle for equal rights and overcoming a “rape culture” that has been



established throughout different times and places. Secondly, rape is thought of from a social and psychological perspective. Thirdly, we analyze the practical contributions of psychology professionals to act proactively, whether in individual cases or in public policies aimed at this type of assistance. A critical and integrative review of the relevant literature is carried out, placing different authors and academic productions in dialogue and perspective.

**KEYWORDS:** Humane abortion. Sexual abuse. Pregnant women. Social psychology.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo abordar um tema bastante sensível e multidisciplinar. Trata-se da assistência psicológica a gestantes que foram vítimas de estupro. Cuida-se de um assunto que ilustra as consequências extremas de um problema social e histórico que remonta séculos. O desrespeito, o preconceito e a violência contra a mulher é um estigma inegável e quando se chega em um cenário horrendo e repulsivo quanto o estupro isso se mostra ainda mais impactante.

Arendt (2014) recorda que em algumas situações, por razões culturais, psicológicas, políticas, dentre outra outras, o mal acaba por ser naturalizado. Isto é, um ato que deveria ser moralmente reprovável incondicionalmente acaba por ser reduzido à trivialidade e perder sua “grandeza demoníaca”. Isso ocorre frequentemente no estupro, quando em uma sociedade patriarcal e machista se passa a ver nas mulheres objeto de satisfação sexual de homens tão somente.

A partir desta contextualização, traz-se como problema de pesquisa a seguinte pergunta: quais as realidades desafiadoras que se vê, do ponto de vista da psicologia social, diante do acompanhamento das mulheres grávidas e vítimas de estupro diante de tantos traumas que vivenciam a partir do abuso e das consequências nefastas deste? A partir daí faz-se uma reflexão dotada de criticidade.

O objetivo geral do estudo se consubstancia em refletir acerca de como a psicologia colabora para se mitigar os danos causados por este estigma social do estupro, em especial, os casos em que se desenvolveu uma gravidez como consequência desta violência. Para tanto, estabelece-se como objetivos específicos: identificar o problema social da violência contra a mulher, do abuso sexual e do estupro ao longo da história e das culturas; discutir sobre o papel da psicologia no acompanhamento das mulheres

vítimas de violência; analisar a contribuição prática do psicólogo no acompanhamento destas grávidas e ao tratar temas sensíveis como aborto humanitário.

## MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo adota uma metodologia de revisão bibliográfica integrativa para abordar o acompanhamento psicológico de grávidas em decorrência de estupro. Esta abordagem permite reunir e sintetizar informações relevantes a partir de estudos científicos publicados nos últimos 10 anos.

Para a busca de literatura, foram utilizadas as bases de dados Google Acadêmico, SciELO e Pepsic SciELO, com o intuito de abranger uma ampla gama de fontes acadêmicas. Os descritores utilizados na pesquisa foram “Acompanhamento psicológico”, “Estupro”, “Gravidez”, “Aborto humanitário”, “Violência” e “Mulher”. Esses termos foram selecionados de forma criteriosa para capturar as principais temáticas relacionadas ao tópico em questão.

O enfoque da pesquisa é qualitativo, uma vez que se busca compreender em profundidade as complexas experiências e questões envolvidas no acompanhamento psicológico de grávidas resultantes de estupro. Além disso, a pesquisa tem um caráter explicativo, pois busca não apenas quantificar ou descrever a realidade, mas também explicar os fatores que influenciam o acompanhamento psicológico em situações de estupro e gravidez.

O método adotado é indutivo, o que implica que a pesquisa parte da análise das contribuições específicas de cada texto selecionado para, em seguida, construir uma compreensão holística do problema. Isso envolve a identificação de padrões, tendências e insights emergentes a partir dos estudos revisados.

## RESULTADOS

Primeiro ponto que há de se pensar é a luta feminina por igualdade de gênero e por afirmação de seus direitos. Para isso é inevitável que se fale em “lugar de fala”, como preconiza Evangelista (2020), dando o exemplo da luta social engajada pela leitura do

aborto como um direito que brota da autonomia e liberdade feminina. Com isso os autores também estabelecem uma reflexão sobre o estigma de simplesmente ser mulher como uma condição que já traz discriminações, preconceitos e situação de disparidade.

O feminismo é um movimento social, político e cultural que busca a igualdade de gênero e o fim das opressões e discriminações baseadas no sexo. Surgido no século XIX, o feminismo tem sido uma força motriz na transformação das sociedades, desafiando estruturas patriarcais e promovendo a emancipação das mulheres em diversas esferas da vida. Uma das principais contribuições do feminismo foi colocar em pauta questões fundamentais relacionadas aos direitos das mulheres, tais como o direito ao voto, à educação, ao trabalho digno e igualitário, à saúde reprodutiva e à autonomia sobre seus corpos. Ao longo dos anos, o feminismo tem ampliado suas pautas, incluindo questões como a violência de gênero, a representatividade política e midiática, a equidade salarial, entre outras (Tolentino, 2021).

Além de suas conquistas concretas em termos de legislação e políticas públicas, o feminismo também tem um impacto significativo no campo da cultura e das relações sociais. Ao questionar e desconstruir estereótipos de gênero e padrões de comportamento, o feminismo contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, na qual as diferenças individuais são respeitadas e valorizadas. Outro aspecto importante do feminismo é sua capacidade de promover a reflexão crítica sobre as estruturas de poder e privilégio que permeiam as relações sociais. Ao evidenciar as desigualdades de gênero e suas interseções com outras formas de opressão, como o racismo e a homofobia, o feminismo amplia o debate sobre justiça social e direitos humanos (Tolentino, 2021).

No entanto, o feminismo também enfrenta críticas e resistências, muitas vezes baseadas em equívocos e estereótipos. Algumas pessoas alegam que o feminismo busca a supremacia das mulheres sobre os homens, ou que suas pautas são desnecessárias em sociedades que já teriam alcançado a igualdade de gênero. Essas críticas, no entanto, como recorda Tolentino (2021), muitas vezes ignoram as persistentes desigualdades e discriminações que as mulheres ainda enfrentam em todo o mundo. Mas por que falar de feminismo? Quando se fala em acompanhamento psicológico da mulher grávida em decorrência de estupro a liberdade feminina e a luta histórica por trás disso é

incontornável. É preciso tratar sem medo ou tabu de temas sensíveis, mas que demandam evolução das mentalidades e o aborto é um deles.

Hoje, para a legislação brasileira, o aborto é considerado crime. No entanto, permite-se o aborto humanitário, quando se tem casos de estupro, conferindo a possibilidade de a genitora decidir levar a termo ou não a gestação. No entanto, a regulamentação disso que é um direito fica refém da perspectiva política e ideológica do governo que está no poder. Contudo, mostra-se necessário que isso seja debatido como uma questão de humanidade, de ética e respeito à decisão da mulher. Por consequência, está falando aqui do bem-estar psicológico da mulher, que é o foco deste estudo (Martins; Kopanyshyn, 2023).

A consolidação do aborto enquanto um direito está intrinsecamente ligado à garantia da saúde e da vida das mulheres. A clandestinidade e a ilegalidade do aborto contribuem para a ocorrência de práticas inseguras, colocando em risco a vida e a saúde das mulheres. A legalização do aborto, por outro lado, possibilita o acesso a procedimentos seguros e acompanhados por profissionais de saúde, reduzindo significativamente os riscos à saúde das mulheres (Evangelista, 2020).

Além disso, a criminalização do aborto perpetua desigualdades sociais e de gênero, uma vez que as mulheres mais vulneráveis, como as de baixa renda e as que vivem em áreas remotas, são as mais afetadas pela falta de acesso a serviços de saúde reprodutiva adequados. Garantir o direito ao aborto significa, portanto, promover a justiça social e a igualdade de gênero, assegurando que todas as mulheres tenham o direito de tomar decisões autônomas sobre seus corpos e suas vidas (Evangelista, 2020). O aborto em decorrência de estupro é ainda mais sensível na luta feminista, pois ainda há absurdos em certos setores da sociedade que insistem em obrigar a mulher-vítima a levar a gestação adiante. Muitas vezes amparam esse discurso desumano em premissas religiosas. Contudo, é necessário combater a própria convivência cultural (embora velada) que há para com o abuso em face da mulher.

A cultura do estupro é um fenômeno complexo e multifacetado que se manifesta em diversas sociedades ao redor do mundo. Ela se refere a um conjunto de crenças, atitudes e práticas que legitimam e perpetuam a violência sexual contra mulheres e pessoas de outros gêneros. Uma das principais características da cultura do estupro é a

culpabilização da vítima, em vez de responsabilizar o agressor. Isso ocorre por meio de discursos que questionam a conduta da vítima, sua vestimenta, seu comportamento, entre outros aspectos, colocando a responsabilidade pela violência sofrida sobre ela mesma. Esse tipo de abordagem contribui para a perpetuação do ciclo de violência e impede a responsabilização dos agressores (Araújo, 2020).

Outrossim, a cultura do estupro também se manifesta na objetificação e sexualização do corpo feminino, na naturalização da violência sexual em narrativas culturais, na banalização de piadas e comentários que minimizam a gravidade do estupro, e na falta de educação e conscientização sobre consentimento e respeito mútuo. A cultura do estupro tem profundas raízes históricas e está intimamente ligada às estruturas de poder e hierarquia de gênero presentes em muitas sociedades. Ela reflete e reforça desigualdades de gênero, perpetuando estereótipos prejudiciais sobre masculinidade e feminilidade, e limitando a liberdade e autonomia das mulheres (Araújo, 2020).

É preciso combater a violência contra a mulher seja qualquer uma de suas manifestações. Na pesquisa desenvolvida, viu-se dados que revelam um cenário alarmante de violência contra a mulher, evidenciando a interseccionalidade entre machismo e racismo. A predominância de mulheres pardas ou pretas entre as vítimas ressalta a perpetuação de desigualdades estruturais que impactam de forma desproporcional as mulheres negras. A concentração das agressões na faixa etária de 25 a 59 anos sugere um padrão de violência que atinge mulheres em diferentes fases da vida adulta. A alta incidência de agressões na residência, local considerado seguro por excelência, indica um grave problema de violência doméstica. O dado de que 99% das agressões foram por violência física e 69% por força corporal e espancamento aponta para uma violência brutal e física, com potencial de causar danos graves e permanentes às vítimas. A relação entre a dependência financeira das vítimas e a violência sofrida ressalta a necessidade de autonomia econômica das mulheres como forma de romper com ciclos de violência. Além disso, a predominância de autores homens reforça a necessidade de desconstrução de padrões patriarcais que perpetuam a violência de gênero. Esses dados evidenciam a urgência de políticas públicas eficazes para a prevenção e o combate à violência contra a mulher, considerando não apenas a questão de gênero, mas também a interseccionalidade com outras formas de opressão, como o racismo. É fundamental

promover a igualdade de gênero e o respeito à diversidade como pilares fundamentais de uma sociedade isonômica (Viana *et al*, 2018).

Logo, vê-se que a violência contra a mulher é uma questão psicológica, mas também social. Precisa ser assumida no âmbito dessa interdisciplinaridade, caso contrário, qualquer resposta, ação ou política pública será manca e incompleta.

O acompanhamento psicológico em situações de violência, especialmente contra mulheres, é de suma importância, pois visa não só tratar possíveis sequelas psicológicas decorrentes do trauma, mas também prevenir novas ocorrências e promover a saúde mental e emocional das vítimas (Gomes, 2016).

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo, enraizado em questões culturais, sociais e estruturais. Ela pode deixar marcas profundas na psique das vítimas, gerando traumas, medos, ansiedades e outros problemas emocionais. O acompanhamento psicológico se torna, portanto, essencial para auxiliar na reconstrução da autoestima, no enfrentamento dos traumas e na retomada do controle sobre a própria vida (Viana *et al*, 2018).

Além disso, o acompanhamento psicológico pode ajudar as mulheres a identificar padrões de relacionamento abusivos, a reconhecer seus direitos e a buscar ajuda e proteção quando necessário. Ele também pode contribuir para a conscientização da sociedade sobre a gravidade e a complexidade da violência contra a mulher, combatendo estigmas e preconceitos (Gomes, 2016).

No entanto, é importante ressaltar que o acompanhamento psicológico não deve ser visto como uma solução única para o problema da violência contra a mulher. Ele deve ser integrado a políticas públicas e ações sociais que visem à prevenção e ao combate efetivo dessa violência, como a educação para a igualdade de gênero, o fortalecimento da rede de proteção às vítimas e a punição dos agressores. Volta-se aqui ao diálogo – necessário – entre psicologia e sociedade.

O acompanhamento psicológico de gestantes em decorrência de estupro é um desafio complexo e delicado, exigindo do psicólogo sensibilidade, ética e competência técnica. A gravidez resultante de violência sexual implica não apenas em questões

médicas, mas também emocionais, sociais e éticas que demandam uma abordagem integral e humanizada (Hoepers; Santos, 2023).

Nesse contexto, o psicólogo se mostra fundamental, pois é responsável por oferecer suporte emocional, ajudar no processo de elaboração do trauma, fortalecer a autoestima e a resiliência da gestante, além de auxiliar na tomada de decisões relacionadas à gestação e ao futuro da criança. É essencial que o profissional esteja preparado para lidar com temas sensíveis, como culpa, vergonha, medo, raiva e ambivalência em relação à maternidade (Hoepers; Santos, 2023).

Um dos principais desafios enfrentados pelo psicólogo nesse contexto é o estigma social associado à gravidez resultante de estupro, que pode gerar preconceito, discriminação e isolamento social para a gestante. É importante que o psicólogo trabalhe para desconstruir esses estigmas, promovendo a empatia, a compreensão e o acolhimento da gestante, garantindo-lhe dignidade e respeito (Hoepers; Santos, 2023).

Registre-se:

O atendimento psicológico é imprescindível nessas situações. Contudo, na realidade cotidiana, as vítimas têm dificuldade na continuidade do atendimento, o que prejudica a evolução do tratamento. Algumas barreiras sociais e humanas obstruem o direito ao aborto: falta de informação quanto ao que é necessário fazer após a violência sexual e a demora quanto à chegada ao serviço de saúde, o que, por vezes, inviabiliza a administração de anticoncepção e antivirais de emergência, que deve ocorrer nas primeiras 72 horas após o estupro. Assim, compreende-se que um dos papéis da Psicologia é informar a população quanto ao modo de acesso aos seus direitos, o que pode ocorrer através da educação nas escolas, com palestras educativas, como também por meio da atenção primária em saúde, nos postos e nas unidades básicas de saúde localizados na comunidade, por intermédio de grupos educacionais e palestras informativas ao público em geral (Hoepers; Santos, 2023. p. 12).

Além disso, o psicólogo também deve atuar em conjunto com outros profissionais, como assistentes sociais, médicos e advogados, para garantir o atendimento integral da gestante, considerando suas necessidades físicas, emocionais, sociais e legais. A interdisciplinaridade e a integração de diferentes saberes são fundamentais para o sucesso do acompanhamento (Pelisoli; Dell'aglio, 2014).

Uma das fontes consultadas traz uma dinâmica interessante que corresponde ao pré-natal psicológico e que se faz necessário com adaptações nesses casos:

A proposta desse protocolo de intervenção é adaptar a metodologia do PNP e utilizá-lo como uma ferramenta útil de prevenção de adoecimentos psíquicos específico para vítimas gestantes em decorrência de estupro. Também visa, o PNP adaptado para essa clientela específica visar ser um potencializador para relação mãe-bebê saudável, caso a mulher decida seguir com a gestação e criar o bebê, ou que ela o entregasse para adoção, de forma a minimizar o impacto emocional que essas decisões possam lhes trazer a médio e longo prazo. Acentua-se aqui a importância de atendimento psicológico também para a mulher que vai interromper a gestação, visando minimizar os possíveis agravos psíquicos da violência que sofreu e ainda com relação ao abortamento, caso ela os apresente e deseje escuta psicoterapêutica (Zerbini; Arrais, 2022. p. 401).

Salienta-se que a intervenção psicológica jamais é para direcionar escolhas na mulher ou influenciá-la em um processo decisório que lhe pertence. Deve-se com clareza trabalhar as circunstâncias para que ela possa chegar às respostas que procura com liberdade e autonomia, expressões de uma luta feminina da qual muito se falou.

Em suma, o trabalho do psicólogo no acompanhamento de gestantes em decorrência de estupro é de extrema importância, pois visa não apenas o bem-estar psicológico da gestante, mas também a garantia de seus direitos e a promoção de sua saúde mental e emocional. É um trabalho desafiador, que exige do profissional empatia, ética, comprometimento e competência técnica, mas que pode trazer significativos benefícios para a vida da gestante e de seu futuro filho.

Quadro 01: indicação dos textos, objetivos e resultados de pesquisas sobre assistência psicológica a mulheres com gravidez decorrente de estupro e questões atinentes

Texto	Objetivos	Resultados
Acompanhamento psicológico nos cuidados de saúde mental, de Gomes (2016).	Estabelecer um plano de intervenção psicológica para cuidados de saúde mental.	Realizado um trabalho prático pensando-se no conceito de acompanhamento psicológico e nas implicações deste para o bem-estar e autoestima das pessoas.
Aborto, militância e	discutir a temática do aborto a	Amelinha e Yury personificam, neste

<p>subjetividade de Evangelista (2020)</p>	<p>partir das narrativas de vida de duas militantes que se dedicam à luta pelos direitos das mulheres em diferentes movimentos sociais.</p>	<p>sentido, lugares de escuta e de fala e contribuem, a partir de suas singularidades e coragem em falar sobre si, um espaço em que a militância se une à subjetividade e projeta a necessidade de desestigmatizar o ser mulher, bem como as demandas que encampam, em que o aborto é mote central para a conquista de autonomia e liberdade feminina.</p>
<p>Outra educação é possível: feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula de Tolentino (2021)</p>	<p>Analisar uma proposta de educação que promova valores de superação de preconceito, fale da importância de movimentos sociais feministas e antirracistas para se atingir a isonomia e combater desigualdades.</p>	<p>Faz-se uma reflexão crítica e interdisciplinar em prol do direito das mulheres, da igualdade de gênero e superação de preconceitos e paradigmas arcaicos.</p>
<p>Diretrizes oficiais sobre o aborto legal no Brasil: uma análise documental de Martins e Kopanyshyn (2023)</p>	<p>Analisar documentos oficiais brasileiros que abordam a questão do aborto legal no Brasil: a norma técnica “Atenção Humanizada ao Abortamento”, de 2005, e a cartilha “Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento” publicada em 2022.</p>	<p>O estudo evidencia as diferenças na abordagem do tema aborto legal nos dois documentos, refletindo como pode afetar o acesso a quem tem direito e como transparecem diferenças político-ideológicas dos dois governos dos quais advém</p>
<p>A cultura do estupro no Brasil de Araújo (2020)</p>	<p>Analisar criticamente uma convivência implícita que a sociedade machista constrói com o abuso contra a mulher e com o estupro que precisa ser combatida.</p>	<p>Vê-se que deve se parar de normalizar comportamentos e falas que normalizam o abuso sexual e muitas vezes culpam as próprias vítimas pelo assédio sofrido.</p>
<p>As contribuições da psicologia para o sistema de justiça em situações de abuso sexual de Pelisoli Dell’aglio (2014).</p>	<p>investigar as percepções sobre o papel da Psicologia nesses casos, dentro do contexto do judiciário, em casos de abuso sexual.</p>	<p>Viu-se que o estudo das relações entre Psicologia e Direito é deve ter maior investimento acadêmico. Viu-se que valorização do papel do psicólogo e a diversidade de sua atuação no contexto judiciário, em contraposição aos limites do Direito. A possibilidade de atuar tanto contribuindo para o esclarecimento dos fatos (com vistas à comprovação) quanto para a proteção de crianças e famílias faz da Psicologia uma profissão fundamental que contribui para a garantia dos direitos dos envolvidos em situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes.</p>
<p>A atuação da psicologia em casos de aborto resultante de gravidez por estupro de</p>	<p>discutir a atuação das/os psicólogas/os nos mais diversos âmbitos profissionais</p>	<p>A partir dos resultados encontrados, concluiu-se que, por mais que haja produção científica nacional sobre</p>

vulnerável de Hoepers e Santos (2023)	(clínica, saúde pública, assistência social, segurança pública, sistema de justiça), bem como o posicionamento do Conselho Federal de Psicologia (CFP) diante das situações de gravidez/aborto resultante de estupro.	violência sexual infantojuvenil, ainda são incipientes os estudos na perspectiva do direito ao aborto nesses casos
Violência contra a mulher de Viana <i>et al</i> (2018)	Analisar as notificações de violência contra a mulher	Das 401 notificações de violência à mulher, 61% foram contra mulheres entre 25 e 59 anos, pardas ou pretas (63%), solteiras (29%), com menos de nove anos de escolaridade (39%) e que dependiam financeiramente de outra pessoa; 46% das agressões ocorreram na residência, sendo 99% por violência física e 69% por força corporal/espancamento, e os autores foram homens.
O pré-natal psicológico em gestação decorrente de estupro: protocolo de Intervenção de Zerbini e Arrais (2022).	Realizar uma proposta de intervenção relacionada à saúde mental no ciclo gravídico-puerperal, denominada pré-natal psicológico, que visa apresentar um modelo de trabalho para que as equipes de saúde, especialmente psicólogos perinatais, possam atuar nas dificuldades inerentes à gestação decorrente de estupro e minimizar os agravos psicológicos deste tipo de gestação.	Foi possível sistematizar uma adaptação do modelo Pré-Natal Psicológico, baseado no acompanhamento psicológico realizado com a participante da pesquisa, que poderá ser utilizado por profissionais de saúde, especialmente psicólogos perinatais, que trabalhem com vítimas de violência sexual.

Fonte: O autor (2024).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir deste estudo, que a assistência psicológica é fundamental para acompanhar, orientar e auxiliar a mulher grávida em decorrência de estupro. A intervenção psicológica nesse caso deve sempre prezar pela ajuda para que a mulher possa vivenciar e superar as dificuldades presentes, diminuir sua ansiedade e culpa e consolide liberdade e autonomia para tomada de decisão. Em especial quanto à aceitação ou não da maternidade que lhe foi imposta, da gestação e entrega para adoção, ou ainda, da interrupção da gravidez. Trata-se de escolhas que só podem ser tomadas pela íntima convicção da mulher. Isso com o auxílio delicado e respeitoso do profissional de

psicologia. Este, com ética e empatia, deve colaborar para que em meio a tanto sofrimento se tenha um pouco de bem-estar emocional e para que decisões necessárias sejam tomadas sem culpa.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ana Paula. **Abuso: a cultura do estupro no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém e um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- EVANGELISTA, Marcela Boni. Aborto, militância e subjetividade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, p. e58758, 2020.
- GOMES, Sara Patrícia Marques. **Acompanhamento psicológico nos cuidados de saúde mental**. Lisboa: UAL, 2016. Dissertação de Mestrado.
- HOEPERS, Aline Daniele; SANTOS, Danielle Verde. A atuação da Psicologia em casos de aborto resultante de gravidez por estupro de vulnerável. **Conversas em Psicologia**, v. 4, n. 1, 2023.
- MARTINS, Débora Laís; KOPANYSHYN, Emanuelle. DIRETRIZES OFICIAIS SOBRE O ABORTO LEGAL NO BRASIL: uma análise documental. **15º JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E 12º SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IFSULDEMINAS**, v. 15, n. 2, 2023.
- PELISOLI, Cátula; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. As contribuições da psicologia para o sistema de justiça em situações de abuso sexual. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 34, p. 916-930, 2014.
- TOLENTINO, Luana. **Outra educação é possível: feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula**. São Paulo: Mazza Edições, 2021.
- VIANA, Aline Lopes *et al.* Violência contra a mulher. **Rev. enferm. UFPE online**, p. 923-929, 2018.
- ZERBINI, Elen Márcia Carioca; ARRAIS, Alessandra. O pré-natal psicológico em gestação decorrente de estupro: protocolo de intervenção. **Psi Unisc**, v. 6, n. 1, p. 37-47, 37-48, 2022.

Submissão: fevereiro de 2024. Aceite: março de 2024. Publicação: setembro de 2024.